



RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

Autos nº 0001590-90.2015.8.24.0600
Ação: Correição Ordinária / Correição Geral Ordinária
Requerente: Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina
Requerido: Juízo de Direito da 1ª Vara da comarca de Pomerode

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Número da portaria: 29/2015-CGJ
Período da correição: 05-10-2015 a 04-12-2015

EQUIPE CORREICIONAL

Juíza-Corregedora: Maria Paula Kern
Assessora Técnica Correicional: Perla Maria Fusinatto Schappo
Assessor Jurídico: Filipi Bruder



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional após a coleta de dados realizada durante o período da correição.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar a unidade, a fim de verificar se está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Cumprindo as disposições contidas na Circular CGJ/SC n. 6/2015 e na portaria que consta dos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a correição virtual a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, dos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



DADOS DA UNIDADE

Comarca: Pomerode

Unidade: 1ª Vara

Municípios integrantes: Pomerode

Juiz titular: Iraci Satomi Kuraoka Schiocchet

Chefe de cartório: Ralph Knochenhauer Carvalho

Última correição por equipe da CGJ/SC: 25-04-2012 a 12-06-2012. Autos n. 0010938-40.2012.8.24.0600.

Competência: Resolução TJ n. 19/2015. Art. 3º Compete ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Pomerode: I - processar e julgar: a) os feitos cíveis em geral (art. 94 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979), ressalvada a competência do Juiz de Direito da 2ª Vara para processar e julgar as ações definidas na alínea "h" do inciso I do art. 4º desta Resolução; b) os feitos relativos à família (art. 96 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); c) os feitos relativos à infância e à juventude (Leis n. 5.624, de 9 de novembro de 1979, e 8.069, de 13 de julho de 1990), inclusive os procedimentos para apuração de ato infracional; d) as causas relativas à investigação de paternidade de que trata a Lei n. 8.560, de 29 de dezembro de 1992; e) as causas cíveis de menor complexidade (art. 3º da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995); f) os feitos relativos aos órfãos, às sucessões, aos ausentes e aos interditos (art. 97 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); g) os feitos relativos à provedoria, aos resíduos e às fundações (art. 98 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979); II - cumprir cartas de ordem e cartas precatórias no âmbito de sua competência.

Entrância: Final

Data da instalação/lei de criação: Resolução TJ n. 19/2015.

Observações:



1 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

1.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ5 – Processos eletrônicos

ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor	
1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.251	
1.1.2	Processos em andamento	2.057	
1.1.3	Procedimentos em andamento	194	
1.1.4	Filas de trabalho sem movimento há mais de 100 dias	699	
	Cível – Genérico - Processo		
1.1.4.1	Ag. Análise - Recursos	1	
1.1.4.2	Ag. Encerramento do Ato	132	
1.1.4.3	Ag. Prazo	3	
1.1.4.4	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	6	
1.1.4.5	Recebido do Juiz - Decisão	2	
1.1.4.6	Recebido do Juiz - Despacho	64	
1.1.4.7	Recebido do Juiz - Sentença	4	
	Família - Processo		
1.1.4.8	Ag. Análise - Recursos	19	
1.1.4.9	Ag. Análise do Cartório	18	
1.1.4.10	Ag. Encerramento do Ato	116	
1.1.4.11	Ag. Prazo	2	
1.1.4.12	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	11	
1.1.4.13	Com Classe Alterada	3	
1.1.4.14	Cumprir - Urgente	2	
1.1.4.15	Escrivão	1	
1.1.4.16	Recebida Contadoria	8	
1.1.4.17	Recebido do Juiz - Despacho	85	
1.1.4.18	Recebido Serviço Social	2	
	Juizado Especial Cível - Processo		
1.1.4.19	Ag. Encerramento do Ato	63	
1.1.4.20	Ag. Prazo	143	
1.1.4.21	Análise do Cartório – Trânsito em Julgado	3	
1.1.4.22	Concluso para Despacho Saneador	1	
1.1.4.23	Escrivão	4	
1.1.4.24	SIDEJUD – Ag. Expedir Alvará	2	
1.1.4.25	1ª Hasta Pública	1	
	Juizado Especial Criminal - Processo		
1.1.4.26	Ag. Análise do Cartório	1	
1.1.4.27	Ag. Encerramento do Ato	1	
1.1.4.28	Ag. Prazo	1	
1.1.4.29	Indicador	Valor	
1.1.5	Outros setores	Total	+ 100 dias
1.1.5.1	Contadoria	11	0
1.1.5.2	Ministério Público	67	26
1.1.5.3	Serviço Social	3	0
1.1.5.4	Distribuição	6	3
1.1.6	Observações		

a)Informações obtidas em 11-12-2015. b)O SAJ5 foi instalado na unidade em setembro/2014.



1.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL SAJ ESTATÍSTICA

ACERVO PROCESSUAL - Processos físicos + eletrônicos

	Indicador	Valor
1.2.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	5.375
1.2.2	Processos em andamento	5.162
1.2.3	Procedimentos em andamento	213
1.2.4	Processos sem movimento há mais de 180 dias	770
1.2.5	Observações	
a) Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: novembro de 2015.		

PROCESSOS EM CARGA (Processos físicos)

	Indicador	Valor
1.2.6	Quantidade total de processos em carga	673
	Local	Total + 100 dias
	Cargas internas	
1.2.7	Contadoria	148 4
1.2.8	Distribuição	16 8
1.2.9	Juiz (Bernardo Augusto Ern)	14 0
1.2.10	Juiza (Iraci Satomi Kuraoka Schiocchet)	206 13
1.2.11	Juiz (Josmael Rodrigo Camargo)	1 1
1.2.12	Juiza (Mônica Fracari)	3 3
1.2.13	Ministério Público	37 9
1.2.14	Serviço Social	12 8
	Cargas externas - terceiros sem acesso ao SAJ	
1.2.15	Advogado	228 57
1.2.16	Peritos	5 2
1.2.17	Procuradorias	3 0
1.2.18	Observações	
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Gerencial da Vara) mês de referência: novembro de 2015.		

PROCESSOS CONCLUSOS

	Indicador	Eletrônicos	Físicos	Total
1.2.19	Quantidade total de processos com o juiz	101	224	325

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	Total	Média mensal
1.2.20	Janeiro a dezembro de 2013	4.394	366
1.2.21	Janeiro a dezembro de 2014	3.248	271
1.2.22	Janeiro a novembro de 2015	2.497	227
1.2.23	Observações		
Informações obtidas mediante consulta ao SAJ Estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).			



1.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.3.1	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"	O relatório não deve trazer registro	11	0
1.3.2	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça - Cerc", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		3	0
1.3.3	Processos ativos com localização física em "cartório - processo suspenso", "cartório - suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório - suspenso (art. 89 Lei 9.099/1995)"		63	0
1.3.4	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		1	0
1.3.5	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		9	3
1.3.6	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		6	2
1.3.7	Principais ativos com Execução de Sentença iniciada		86	1
1.3.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC	Não se aplica	Não se aplica
1.3.9	Processos de perda e/ou suspensão do poder familiar com tramitação há mais de 120 dias - art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro	29	39
1.3.10	Observações	a) Primeira verificação em 01-10-2015. b) Segunda verificação em 10 e 11-12-2015. b.1) Item 1.3.5: dos 3 (três) registros encontrados na segunda verificação, apenas 1 (um) é antigo. b.2) Item 1.3.6: todos os registros encontrados na segunda verificação são novos. b.3) item 1.3.7: o único registro encontrado na segunda verificação é antigo. c) Orienta-se que o chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes das Orientações CGJ/SC n. 16 e 48 http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/orientacoes/index.htm . As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		



1.3.11 PROCESSOS COM LOCAL FÍSICO HÁ MAIS DE 30 DIAS					
	Indicador	Valor			
		Primeira verificação		Segunda verificação	
		Total	+ 30d	Total	+ 30d
	Atendimento				
1.3.11.1	Cartório - recebido do advogado	49	11	71	9
	Remessa/recebimento/relação/certificação				
1.3.11.2	Cartório - aguardando	243	86	308	42
1.3.11.3	Cartório - aguardando AR	63	39	37	12
1.3.11.4	Cartório - aguardando carta precatória	29	29	28	26
1.3.11.5	Cartório - aguardando confecção de relação	0	0	106	33
1.3.11.6	Cartório - aguardando mandado	20	18	27	21
1.3.11.7	Cartório - aguardando publicação de relação	448	101	491	275
1.3.11.8	Cartório - arquivar	8	1	63	8
1.3.11.9	Cartório - escaninho da delegacia	0	0	0	0
1.3.11.10	Cartório - escaninho do advogado	1	0	1	1
1.3.11.11	Cartório - escaninho do juiz	18	11	123	1
1.3.11.12	Cartório - escaninho do juiz (assinaturas)	20	13	1	1
1.3.11.13	Cartório - escaninho do promotor	18	2	9	4
1.3.11.14	Cartório - prazo 1 a 31	557	494	310	226
	Expedição/cumprimento				
1.3.11.15	Cartório - cumprir despacho	408	336	63	51
1.3.11.16	Cartório - cumprir despacho urgente	7	1	2	2
1.3.11.17	Cartório - expedir alvará	27	21	4	4
1.3.11.18	Cartório - expedir correspondência	0	0	6	0
1.3.11.19	Cartório - expedir edital	0	0	0	0
1.3.11.20	Cartório - expedir formal	0	0	0	0
1.3.11.21	Cartório - expedir mandado	0	0	0	0
1.3.11.22	Cartório - expedir precatória	0	0	0	0
	Organização/juntada				
1.3.11.23	Cartório - aguardando juntada	75	2	224	68
1.3.11.24	Cartório - aguardando petição	1	1	0	0
1.3.11.25	Cartório - aguardando resposta de ofício	0	0	0	0
1.3.11.26	Observações				
	a) Primeira verificação em 01-10-2015.				
	b) Segunda verificação em 11-12-2015.				
	c) Dados coletados do relatório de processos ativos por unidade, mediante filtro do "local físico" e "data do local físico".				



1.4 SAJ/CARTÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.4.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias.	O relatório não deve trazer registro	49	0
1.4.2	Acompanhamento de infrações penais - apresentação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.3	Acompanhamento de infrações penais - prestação em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.4	Acompanhamento de infrações penais - prestação pecuniária em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.5	Acompanhamento de infrações penais - multa penal em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica
1.4.6	Acompanhamento de infrações penais - medida de segurança em aberto há mais de 30 dias.		Não se aplica	Não se aplica

1.4.7	Réu preso	Provisório	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos penais da comarca. A quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais	28	28
		Definitivo		Não se aplica	Não se aplica
1.4.7.1	Réu preso - total			28	28



1.4.8	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa: 1-1-1900 a 30-09-2015)		4.071	2.723	
	Petição intermediária		1.307	838	
	Peticionamento eletrônico		96	70	
	Mandados		53	47	
	AR		221	65	
	Execução de sentença		4	3	
	Incidente processual		49	44	
	Ação incidental		0	0	
	Movimentação	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes	629	569	
	Pauta de audiências		8	0	
	Carga		173	49	
	Cartas recebidas		58	2	
	Processo		451	413	
	Recurso		3	0	
	Usuário		1.019	623	
1.4.9	Processo com situação "arquivado administrativamente" com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"			64	2
1.4.10	Mandados de prisão em aberto com erros			39	6
1.4.11	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias			0	2
1.4.12	Observações				
	a) Primeira verificação em 01-10-2015. a.1) Item 1.4.9: dos 64 processos, 1 apresenta registro de local físico "arquivo central" e 63 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". b) Segunda verificação em 11-12-2015. b.1) Item 1.4.9: todos os processos encontrados na segunda verificação apresentam registro de local físico "arquivo central". b.2) Item 1.4.11: os registros referem-se ao Cartório Único e não especificamente a 1ª Vara.				



1.5 SAJ - ESTATÍSTICA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.5.1	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas).	O relatório não deve trazer registro	1.600	1.330
1.5.2	Meta 2 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 80% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2011 e 100% dos processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31-12-2012, nos Juizados Especiais.		162	101
1.5.3	Meta 4 – identificar e julgar até 31-12-2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31 de dezembro de 2012.		Não se aplica	Não se aplica
1.5.4	Meta 6 – identificar e julgar até 31-12-2015, as ações coletivas distribuídas até 31-12-2012.		5	2
1.5.5	Programa Permanente de Julgamento Prioritário - PPJP.		109	70
1.5.6	Observações			
<p>a) Primeira verificação em 01-10-2015.</p> <p>a.1) Itens 1.5.2 e 1.5.4: dados do mês de agosto de 2015, extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>a.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p> <p>b) Segunda verificação em 11-12-2015.</p> <p>b.1) Itens 1.5.2 e 1.5.4: dados do mês de outubro de 2015 extraídos do site desta Corregedoria (http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/meta2/index.htm). As planilhas indicam a quantidade total de processos distribuídos até o ano referido em cada Meta do CNJ.</p> <p>b.2) Item 1.5.5: o relatório traz o número total de processos com data de distribuição há mais de 5 (cinco) anos do corrente ano. Devem ser priorizados os processos conclusos para sentença, nos termos da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6.</p>				



1.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.6.1	Justiça Aberta - Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas pelo(a) chefe de cartório sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não alimentado	Corretamente alimentado
1.6.2	Sistema Nacional de Bens Apreendidos – SNBA	Os bens devem ser cadastrados pelo servidor até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão	Não alimentado	Corretamente alimentado
1.6.3	Sistema Nacional de Controle de Interceptações – SNCI	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.4	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP	As informações devem ser alimentadas pelo Magistrado com competência criminal sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido	Não se aplica	Não se aplica
1.6.5	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado, que deverá indicar somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória	Não se aplica	Não se aplica
1.6.6	Observações	a) Primeira verificação em 01-10-2015. a.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): Consta apenas Vara Única no sistema Justiça Aberta. a.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): Muito embora a vara única tenha sido dividida em 1ª e 2ª Vara, no SNBA continua com antiga denominação. Foram encontrados 136 registros de processos e 448 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se a existência de 3 (três) processos, sendo que nenhum foi cadastrado no SNBA (). b) Segunda verificação. b.1) Item 1.6.1 (Justiça Aberta): Em 12/02/2016 foi constatado que a última alimentação foi realizada em 10/2/2016. b.2) Item 1.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): Em 11/12/2015 não foi encontrado nenhum registro de bens ou de processos no sistema. Em consulta ao sistema SAJ, verificou-se que há 7 (sete) processos, sendo que nenhum refere-se a bem de valor ou arma/ munição.		



1.7 CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO - CUIDA

	Indicador	Padrão de conformidade	Primeira verificação	Segunda verificação
1.7.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo - abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta n. 08/2009-GP/CGJ	Não se aplica	Não se aplica
1.7.2	Observações	Não há abrigo na Comarca.		



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da correição iniciaram-se na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio do programa de Inspeção Virtual, Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – SAJ, SAJ Estatística, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja - Cuida, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

Outrossim, deverá o relatório, sem os anexos, ser arquivado na pasta/livro de visitas e correições da unidade.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2015.

Perla Maria Fusinatto Schappo
Assessora Técnica Correicional – Mat. 9.914

Filipi Bruder
Assessor Jurídico - Mat. 40187